

ADVOGADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com 50 (cinquenta) questões objetivas e 1 (uma) questão discursiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

CONHECIMENTOS BÁSICOS						CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		Questão Discursiva
Língua Portuguesa		Sistema Financeiro Nacional e Conhecimentos Bancários		Governança Corporativa e Compliance		Questões	Pontuação	Pontuação
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Pontuação
1 a 10	1,0 ponto cada	11 a 20	1,0 ponto cada	21 a 25	1,0 ponto cada	26 a 50	1,0 ponto cada	10,0 pontos
Total: 10,0 pontos		Total: 10,0 pontos		Total: 5,0 pontos		Total: 25,0 pontos		10,0 pontos
Total: 25,0 pontos						Total: 25,0 pontos		
TOTAL: 50,0 pontos								10,0 pontos

b) um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado à marcação das respostas das questões objetivas formuladas nas provas; junto a ele um **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS** destinado às respostas da questão discursiva, que vale até 10,0 pontos.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA/CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**. Caso tal não ocorra, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA/CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

07 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

08 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

09 - **SERÁ ELIMINADO** desse Concurso Público o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**;
- d) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA**, e/ou o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA**, o **CARTÃO-RESPOSTA**, e/ou o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**.

Obs: Iniciadas as provas, o candidato só poderá retirar-se da sala após decorridas **2 (duas) horas** do efetivo início das mesmas e não poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

10 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA** e para responder no **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA**, o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

12 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESSAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVA É DE 4 (QUATRO) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS**, incluído o tempo para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA** e para responder no **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**.

13 - As questões e os gabaritos das Provas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço da página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Eu sei, mas não devia

- 1 Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.
- 2 A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.
- 3 A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.
- 4 A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.
- 5 A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.
- 6 A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez paga mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.
- 7 A gente se acostuma a andar na rua e ver cartazes. A abrir as revistas e ver anúncios. A ligar a televisão e assistir a comerciais. A ir ao cinema e engolir publicidade. A ser instigado, conduzido, desnordeado, lançado na infundável catarata dos produtos.
- 8 A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar-condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.
- 9 A gente se acostuma a coisas de mais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber,

vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana. E se, no fim de semana, não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

- 10 A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

COLASANTI, M. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1996. p. 9. Adaptado.

- 1 Embora aborde vários problemas do ser humano contemporâneo, o texto discute de forma mais ampla uma questão relativa ao cotidiano das grandes cidades.

Essa questão é o(a)

- (A) consumismo
- (B) desamparo
- (C) vaidade
- (D) resignação
- (E) inquietude

- 2 Considere a seguinte passagem do texto:

“Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.” (parágrafo 1)

Na opinião da autora, as várias situações apresentadas ao longo do texto têm como consequência o fato de o ser humano

- (A) viver sempre apressado.
- (B) abandonar a luta pela paz.
- (C) abrir mão de usufruir da vida.
- (D) influenciar-se pela publicidade.
- (E) desistir de proteger o meio ambiente.

- 3 A depender do contexto em que se inserem, os enunciados podem assumir sentido denotativo ou conotativo.

O trecho do texto que apresenta sentido denotativo é:

- (A) “A ir ao cinema e engolir publicidade.” (parágrafo 7)
- (B) “lançado na infundável catarata dos produtos.” (parágrafo 7)
- (C) “À lenta morte dos rios.” (parágrafo 8)
- (D) “Se acostuma a não ouvir passarinho”. (parágrafo 8)
- (E) “para esquivar-se de faca e baioneta”. (parágrafo 10)

4

“A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, **aceitando a guerra**, aceita os mortos” (parágrafo 4) Nesse trecho, a oração destacada apresenta, em relação à seguinte, o valor semântico de

- (A) causa
- (B) concessão
- (C) comparação
- (D) conformidade
- (E) consequência

5

Considerando-se a combinação entre tempos e modos, a frase que atende à norma-padrão é:

- (A) Como chovesse muito pela manhã, resolvi sair à tarde.
- (B) Se nós nos acostumássemos, seremos felizes.
- (C) Ela ligaria para mim quando chegar.
- (D) Embora eu precisava ser visto, sou ignorado.
- (E) Se você dormir cedo, ficaria satisfeito.

6

A frase em que a colocação do pronome destacado **NÃO** obedece aos ditames da norma-padrão é:

- (A) Feliz é quem **se** dá o direito de estar bem.
- (B) As pessoas nunca acostumam-**se** com a felicidade.
- (C) Agradar-**nos**-ia a ideia de que todos têm direito à paz.
- (D) Viver a vida intensamente é o que **lhe** confere sentido.
- (E) Afastando-**nos** de quem nos quer bem, saudamos a solidão.

7

Quanto à concordância verbal, a frase que atende plenamente à variedade formal da norma-padrão da língua portuguesa é:

- (A) Necessitam-se de novos estímulos para prosseguir.
- (B) Algumas pessoas costuma queixarem-se da vida.
- (C) O homem acostuma-se às adversidades.
- (D) Destruiu-se os sonhos de viver uma vida melhor.
- (E) Em outros tempos, confiavam-se mais nas pessoas.

8

Quanto à concordância nominal, a frase que atende plenamente à variedade formal da norma-padrão da língua portuguesa é:

- (A) Eles estão bastantes felizes com a vida que levam.
- (B) Estava proibido a encomenda de novas peças de tecido.
- (C) Proporcionalmente, temos hoje menas reservas de insumos.
- (D) O homem carregava quinhentos gramas de explosivos na mochila.
- (E) As pessoas mesmo é que devem investir em uma vida mais saudável.

9

A crase é o fenômeno da contração de duas vogais iguais, e essa contração é marcada pelo acento grave.

O acento grave indicativo da crase está corretamente empregado em:

- (A) É preciso estar atento **às** coisas boas da vida.
- (B) Gostaria de poder viver melhor o meu dia **à** dia.
- (C) As decisões **às** quais citei vão transformar a minha vida.
- (D) O parque ecológico localiza-se **à** três quilômetros daqui.
- (E) **À** partir de hoje, não acumularei mais produtos supérfluos.

10

Nas correspondências oficiais, o cargo e a função ocupados pelo destinatário determinará o pronome de tratamento a ser empregado.

A adequada correlação entre o cargo e o pronome de tratamento está estabelecida em:

- (A) Vossa Eminência – Reitor de Universidade
- (B) Vossa Excelência – Ministro de Estado
- (C) Vossa Magnificência – Embaixador
- (D) Vossa Santidade – Cardeal
- (E) Vossa Senhoria – Juiz

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E CONHECIMENTOS BANCÁRIOS

11

Como integrante do Sistema Financeiro Nacional, cabe ao Conselho Monetário Nacional

- (A) definir as metas anuais de inflação.
- (B) determinar as taxas básicas de juros da economia brasileira.
- (C) atuar como emprestador de última instância.
- (D) calcular o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- (E) executar a política fiscal.

12

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) se encarrega do julgamento, não apenas dos recursos contra as sanções aplicadas pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, mas, também, dos processos relacionados à “lavagem” de dinheiro, dos recursos contra as sanções aplicadas pelo Coaf, Susep e demais autoridades competentes.

Os julgamentos e eventuais penalidades determinadas pelo CRSFN são de caráter

- (A) tributário
- (B) penal
- (C) administrativo
- (D) civil
- (E) internacional

13

De acordo com a legislação brasileira, uma instituição financeira pode ser enquadrada na categoria de banco múltiplo se

- (A) for organizada sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada.
- (B) for organizada exclusivamente como instituição financeira privada.
- (C) suas operações envolverem quaisquer tipos de carteiras, exceto a de desenvolvimento.
- (D) possuir, pelo menos, três carteiras, sendo duas delas, obrigatoriamente, as carteiras comercial e de crédito.
- (E) possuir, pelo menos, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, a carteira comercial ou a carteira de investimento.

14

A garantia real em que o devedor detém a posse de um bem, mas transfere, temporariamente, ao credor a propriedade desse mesmo bem, dado como garantia, até que a dívida seja totalmente quitada, é denominada

- (A) fiança
- (B) aval
- (C) penhor civil
- (D) alienação fiduciária
- (E) penhor mercantil

15

Em seu *website*, a Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio) estabelece como missão “fomentar, por meio de soluções financeiras, o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro, com excelência na prestação de serviços”.

Nesse contexto, **NÃO** está sob o alcance de agências de fomento adotar instrumentos para

- (A) fomentar o emprego e a renda.
- (B) controlar a inflação.
- (C) prover suporte financeiro às micro, pequenas e médias empresas.
- (D) estimular as inovações.
- (E) estimular o desenvolvimento de tecnologias com baixa emissão de dióxido de carbono.

16

Considere que uma agência de fomento, como a AgeRio, aprove uma linha de crédito de longo prazo para uma empresa de pequeno porte, que atua no segmento de produtos lácteos, financiar, exclusivamente, os bens de capital requeridos para o investimento inicial.

Nesse caso, a linha de crédito poderá cobrir as despesas com aquisição de produtos diversos, **EXCETO** de

- (A) máquinas
- (B) equipamentos produtivos diversos
- (C) veículos para transporte e entrega dos produtos aos distribuidores
- (D) insumos diversos
- (E) refrigeradores industriais

17

Na estrutura do Sistema Financeiro Nacional, o Banco Central do Brasil (BCB) é considerado prestador de última instância, porque uma de suas principais operações ativas é fornecer

- (A) crédito direto aos consumidores.
- (B) crédito destinado ao financiamento de capital de giro.
- (C) crédito a instituições financeiras que enfrentam problemas de liquidez.
- (D) crédito de longo prazo destinado ao financiamento do investimento.
- (E) crédito de longo prazo destinado ao financiamento da compra da casa própria.

18

De acordo com a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, a constituição e o funcionamento de agências de fomento, como a Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio), dependem de autorização prévia do

- (A) governo estadual
- (B) governo municipal
- (C) Tesouro Nacional
- (D) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- (E) Banco Central do Brasil (BCB)

19

J é economista e atua em instituição financeira ocupando cargo de gerência. No curso de sua atividade como bancário, realizou diversos treinamentos em legislação e obteve valiosos conselhos dos funcionários mais experientes. Um dos temas mais debatidos internamente relacionava-se à prevenção no concernente à lavagem de dinheiro.

De acordo com os termos da Circular BACEN nº 3.978/2020, a política de prevenção deve ser compatível em relação aos clientes com o seu perfil

- (A) social
- (B) financeiro
- (C) societário
- (D) econômico
- (E) de risco

20

JON é Diretor Executivo de instituição financeira, sendo responsável pela observância das normas regulamentares emitidas pelo Banco Central do Brasil, buscando diminuir custos na realização de políticas determinadas.

De acordo com os termos da Circular BACEN nº 3.978/2020, admite-se a adoção de política de prevenção à lavagem de dinheiro única por conglomerado

- (A) coletivo
- (B) empresarial
- (C) federativo
- (D) associativo
- (E) prudencial

GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE

21

Uma equipe está desenvolvendo a gestão de riscos de um empreendimento de seu departamento, partindo da identificação de potenciais fontes de impacto negativo para o negócio.

Algumas perguntas podem ser feitas para auxiliar na identificação dos riscos, **EXCETO** a seguinte:

- (A) Com que frequência os riscos devem ser monitorados?
- (B) Quais pontos fortes da organização o projeto explora?
- (C) Qual a probabilidade e o impacto de cada evento adverso identificado?
- (D) Que fragilidades e ameaças podem afetar o empreendimento?
- (E) Quem deve ser comunicado dos riscos e do controle?

22

O modelo das três linhas de defesa apresenta uma forma de estabelecer os papéis e responsabilidades essenciais de cada gestor dentro da organização para protegê-la dos riscos por meio de uma estrutura adequada de governança.

Nesse modelo, as linhas de defesa são, respectivamente,

- (A) amplitude de controle; priorização; supervisão e monitoramento
- (B) coordenação; unidade de comando; controle
- (C) execução; supervisão e monitoramento; avaliação
- (D) mapeamento; implementação; avaliação
- (E) planejamento; execução; cooperação

23

O modelo COSO foi desenvolvido com a ideia de que o gestor possa gerenciar os riscos de modo eficaz, no contexto dos objetivos e da estrutura de cada organização. Adicionalmente, o modelo passou a visar o alinhamento da gestão de risco à estratégia e ao desempenho.

Nessa revisão, a dimensão de comunicação e reporte é desenvolvida por meio de

- (A) adoção de ações que permitam aos integrantes conhecer, coletar e transmitir as informações, visando ao desempenho de responsabilidades frente a riscos.
- (B) análise do contexto de negócio, definição do apetite ao risco, avaliação de estratégias alternativas e elaboração de objetivos de negócio.
- (C) avaliação, certificação e revisão da estrutura de gestão de riscos e controles internos, visando a melhorar desempenho, corrigir funcionamento e aprimorar atividades.
- (D) desenvolvimento de políticas e procedimentos na implementação das políticas de gestão de riscos para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas.
- (E) melhoria no gerenciamento de riscos corporativos por meio de avaliação de mudanças substanciais, revisão de riscos e desempenho.

24

Um professor de Contabilidade irá assumir uma posição de membro do Conselho de Administração de uma instituição do sistema financeiro. O que ele não sabe é que a Resolução CMN nº 4.968/2021 dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras, distinguindo as responsabilidades e os papéis dos membros do Conselho de Administração dos papéis dos integrantes da Diretoria da instituição.

Dessa forma, o novo membro do Conselho de Administração poderá

- (A) coordenar recursos físicos, financeiros e de pessoal nas atividades de controle interno.
- (B) implementar diretrizes relativas aos sistemas de controles internos.
- (C) elaborar relatório de acompanhamento do controle interno em conjunto com auditorias interna e externa.
- (D) desempenhar funções na instituição, garantindo seus interesses particulares.
- (E) cobrar que riscos identificados sejam tempestivamente mitigados.

25

Um colaborador da AgeRio está acompanhando uma situação em que percebeu a falta de ética de um colega. Ele pretende denunciar a situação no canal apropriado, entretanto desconhece os possíveis desdobramentos.

De acordo com o Código de Ética e Conduta da AgeRio, um possível desdobramento do caso está descrito a seguir:

- (A) será realizada a análise de questões éticas pelo Comitê de Auditoria e Controle Interno, por ser o órgão responsável por tais questões.
- (B) ocorrerá a aplicação de diversas penalidades, inclusive a responsabilização em esfera administrativa e judicial.
- (C) será garantida a ampla divulgação do nome dos envolvidos, tanto do denunciado quanto do denunciante.
- (D) será feito o exame da situação inicialmente por instâncias deliberativas externas à AgeRio e procedimentos definidos por normas também externas.
- (E) haverá um limite estreito das penalidades para todo caso de infração ao código de ética e abertura de processo administrativo.

RASCUNHO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

Um advogado pretende se especializar em Direito Empresarial, mais especificamente na área de sociedades. Um dos focos do seu trabalho diz respeito à organização das sociedades anônimas.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, a companhia pode criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados

- (A) títulos especiais
- (B) ações nominativas
- (C) documentos avalizáveis
- (D) partes beneficiárias
- (E) instrumentos acordados

27

Um empresário possui ações de determinada sociedade anônima e pretende assumir o controle da citada companhia.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, o acionista controlador é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da

- (A) assembleia geral
- (B) diretoria consultiva
- (C) auditoria independente
- (D) associação minoritária
- (E) Comissão de Valores

28

Um investidor no mercado de capitais privilegia companhias que distribuam dividendos. De acordo com a Lei nº 6.404/1976, os acionistas não são obrigados a restituir os dividendos que em boa-fé tenham recebido.

Presume-se a má-fé quando os dividendos forem distribuídos sem o levantamento do

- (A) preço
- (B) valor
- (C) balanço
- (D) passivo
- (E) ativo

29

A banca organizadora de um concurso para o cargo de agente de saúde em um determinado município decide estabelecer, como etapa necessária para o certame, a realização de avaliação psicológica.

Para sujeitar o candidato a cargo público a exame psicotécnico antes mesmo da publicação do ato em que se organiza o certame, é indispensável a previsão

- (A) no edital
- (B) em aviso
- (C) em portaria
- (D) em lei
- (E) em resolução

30

Um funcionário de autarquia federal foi demitido após passar por processo administrativo disciplinar, em que fora observada a ampla defesa e o direito ao contraditório, sob a acusação de que teria cometido infração funcional relativa ao recebimento indevido de vantagem econômica. Em razão do ilícito penal, tal funcionário foi processado criminalmente. Contudo, na esfera judicial, foi provado que o réu não concorreu para o suposto ato delituoso que motivou a sua demissão.

Nesse caso, a repercussão da decisão penal absolutória

- (A) vincula a esfera administrativa e permite que esse funcionário seja reintegrado ao cargo.
- (B) vincula a esfera administrativa e permite que esse funcionário seja revertido ao cargo.
- (C) vincula a esfera administrativa e permite que esse funcionário seja reconduzido ao cargo.
- (D) não vincula a esfera administrativa, pois a responsabilidade administrativa não se subordina à decisão judicial.
- (E) não vincula a esfera administrativa, mas viabiliza a indenização por danos morais.

31

A Administração Pública indireta é composta por entes descentralizados, de competência do governo, criados para desempenharem variadas funções de serviços à população. Nesse sentido, existe uma entidade que assume a forma de pessoa jurídica, cuja criação é autorizada por lei, como um instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de Direito Privado, mas submetida a certas regras especiais, decorrentes dessa sua natureza auxiliar da atuação governamental. Ela é constituída sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a uma entidade de sua administração indireta, sobre remanescente acionário de propriedade particular.

Essa entidade é chamada de

- (A) empresa pública
- (B) autarquia especial
- (C) agência reguladora
- (D) sociedade de economia mista
- (E) agência executiva

32

Uma empresa pública pretende contratar uma empresa para a construção de um prédio para ser sua nova sede. Na consecução da obra, será realizada a terraplanagem do solo, feita a fundação, o assentamento de tijolos e reboco, bem como a pintura, entre outros serviços cujo custo deverá ser baseado em estimativa.

A forma pela qual o objeto do contrato será executado deverá ocorrer por

- (A) empreitada por preço global
- (B) empreitada por preço unitário
- (C) empreitada integral
- (D) empreitada simples
- (E) tarefa

33

Constatada irregularidade em virtude de dispensa irregular de licitação que causou grave prejuízo aos cofres públicos, o prefeito e o vice-prefeito do município Sigma tiveram seus direitos políticos suspensos e os mandatos cassados.

O comando do Poder Executivo municipal deverá observar o regramento disposto pela(o)

- (A) Constituição Federal para o caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.
- (B) Constituição Estadual para o caso de vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado onde o município está localizado.
- (C) Lei Orgânica municipal de Sigma para o caso de dupla vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito.
- (D) Constituição Estadual para o caso de dupla vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito dos municípios situados em seu território.
- (E) legislador ordinário federal, visto na lei que estabelece normas sobre as eleições para o caso de dupla vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito dos municípios brasileiros.

34

Um empresário pretende abrir uma filial de uma rede nacional de farmácias em uma rua de grande movimentação em um determinado município. Sob a alegação de que a via pública escolhida já contava com três estabelecimentos que exploravam a mesma atividade comercial, o empresário teve seu pedido de autorização para a instalação da loja indeferido pela autoridade municipal competente. A negativa foi justificada com base em lei local que vedava a instalação de drogarias a menos de 100 metros de distância entre elas.

A norma municipal que proíbe a instalação do estabelecimento comercial é

- (A) constitucional, pois está materialmente de acordo com a competência legislativa atribuída aos Municípios ao tratar de assunto de interesse local.
- (B) inconstitucional, pois trata de Direito Comercial, matéria de competência legislativa privativa da União.
- (C) inconstitucional, pois trata de matéria que diz respeito ao direito do consumidor, assunto de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
- (D) inconstitucional, pois o impedimento da instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área ofende o princípio da livre concorrência.
- (E) constitucional, pois observa a competência legislativa suplementar a legislação federal e a estadual em matéria de Direito Civil.

35

Um militante ambientalista pretende unir esforços entre os entes federados para a defesa do ambiente ecologicamente equilibrado.

De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, a ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, em atividades de cooperação, é considerada

- (A) principal
- (B) alternativa
- (C) supletiva
- (D) periférica
- (E) causal

36

O funcionamento dos órgãos públicos quando devem atuar em reunião plena, com a totalidade dos seus integrantes, sempre demanda debate quanto à votação e a seus critérios.

De acordo com o Decreto nº 99.274/1990 e alterações, o Plenário do Conama reunir-se-á em sessão pública, com a presença de, pelo menos, a metade mais um dos seus membros e deliberará por maioria simples dos membros presentes no Plenário, cabendo ao Presidente da sessão, além do voto pessoal, o de

- (A) preferência
- (B) qualidade
- (C) distinção
- (D) supremacia
- (E) remissão

37

Em diversas atividades que são poluidoras, há necessidade do deferimento de diversas licenças que, além do controle da atividade, têm por foco diminuir os efeitos danosos decorrentes.

De acordo com a Resolução Conama nº 09/1987, a Licença de Instalação deverá ser requerida ao órgão meio ambiental competente, ocasião em que o empreendedor deverá apresentar o Plano de

- (A) logística de resíduos
- (B) responsabilidade decorrente
- (C) lavra definitiva
- (D) impacto local
- (E) controle ambiental

RASCUNHO



38

A Constituição Federal (art. 145, II) autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Quanto à base de cálculo das taxas, a Constituição apenas veda ao legislador a adoção da mesma base, própria dos impostos (art. 145, § 2º). A construção de uma baliza para a base de cálculo das taxas leva à ponderação entre custo da atividade estatal e valor da taxa para a construção da base de cálculo possível a ser escolhida pelo legislador ordinário para esse tributo.

Com vistas ao balizamento do valor desse tributo, o legislador deve fazer uso do princípio da

- (A) legalidade estrita
- (B) razoável equivalência
- (C) solidariedade social
- (D) taxatividade tributária
- (E) proibição do confisco

39

Determinada empresa teve negado pela Fazenda Nacional seu pedido de compensação tributária de débito existente em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Para efetivar a compensação, fez uso de créditos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). No entanto, seu pedido não foi homologado, tendo sido o débito considerado como “não declarado”. Por esse motivo, essa empresa fez uso de outros créditos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para obter a compensação do mesmo débito.

Nesse caso, observa-se que

- (A) a compensação deve ser negada, visto serem tributos distintos.
- (B) a compensação pretendida ocorrerá, se crédito e débito forem iguais.
- (C) a compensação só seria possível com a suspensão do débito fiscal.
- (D) a renovação do pedido com outro crédito é incabível após a homologação ter sido negada.
- (E) um novo pedido de compensação só será possível se houver a homologação do débito.

40

Determinada empresa propõe ação de rescisão de contrato, com devolução de valores pagos a outra sociedade empresarial, ré no processo. Alega e prova que adquiriu sistema eletrônico integrado de gestão empresarial que nunca chegou a funcionar corretamente. Ao mesmo tempo, a empresa ré promoveu a execução da autora, fundada em instrumento de confissão de dívida. A decisão do tribunal reconheceu o inadimplemento contratual por parte da ré (que alienou o sistema) e determinou o restabelecimento das partes ao estado anterior, com devolução do quanto pago, atualizado e acrescido de correção monetária desde a citação, sem, no entanto, mencionar os juros. Como consequência da resolução do contrato, foi anulada a confissão de dívida emitida em decorrência das obrigações então pactuadas.

Nesse caso, quanto à correção monetária e juros, a decisão

- (A) está correta, pois se trata de contrato, e a correção monetária incide a partir da citação, não tendo havido mora, mas sim inadimplemento contratual.
- (B) é incorreta; primeiro, porque a correção se conta de cada desembolso dos valores devidos; e, segundo, porque incidem juros de mora desde a citação.
- (C) precisa ser revista, uma vez que, se o sistema funcionou mal, não há correção e juros, já que o contrato foi parcialmente cumprido.
- (D) é lacunosa quanto aos juros, que incidem desde o trânsito em julgado da sentença, e correta quanto à correção monetária.
- (E) necessita ser complementada em liquidação, para que os juros possam ser fixados desde a data da sentença.

41

É fenômeno jurídico que consiste na possibilidade legal de resolver situação de desequilíbrio das prestações contratuais sucessivas ou diferidas, em consequência de acontecimentos posteriores à formação do contrato, independentemente da vontade das partes, de tal forma extraordinários e anormais que impossível se tornava prevê-los razoável e antecedentemente. São acontecimentos supervenientes que alteram profundamente a economia do contrato, por tal forma perturbando o seu equilíbrio, como inicialmente estava fixado, que se torna certo que as partes jamais contratariam se pudessem ter antevisto esses fatos. Se, em tais circunstâncias, o contrato fosse mantido, redundaria num enriquecimento anormal, em benefício do credor, determinando um empobrecimento da mesma natureza, em relação ao devedor.

O fenômeno descrito refere-se a

- (A) lesão
- (B) imprevisão
- (C) força maior
- (D) nulidades
- (E) caso fortuito

RASCUNHO

42

J havia sido funcionário de sociedade de economia mista e recebia aposentadoria complementar feita por meio de plano de previdência privada fechado, administrado por entidade de previdência privada ligada à empresa. Em função da vigência de nova lei estadual, foi instituída contribuição previdenciária de 11% sobre o valor da complementação da aposentadoria dos ex-empregados da empresa onde J trabalhou. Vendo-se prejudicado, J pretende ingressar com ação para questionar a cobrança.

De quem é a competência para julgar a questão?

- (A) Justiça Estadual comum
- (B) Justiça Federal comum
- (C) Justiça do Trabalho
- (D) Juizado Especial Federal
- (E) Conselho de Recursos da Previdência Social

43

Em razão do alto custo, ocasionalmente o ajuizamento da ação de execução fiscal gera uma despesa maior do que o valor a ser cobrado. Por isso, a legislação vigente determina o arquivamento, sem baixa na distribuição, por meio de requerimento da autoridade fiscal, dos autos das execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa da União, de valor consolidado igual ou inferior àquele estabelecido em portaria do Ministério da Fazenda.

Essa disposição se aplica às execuções fiscais movidas

- (A) pela Procuradoria Geral Federal
- (B) pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- (C) pelo Tribunal de Contas da União
- (D) pelos conselhos profissionais
- (E) pelas autarquias federais

44

Em audiência que visava a resolver um conflito envolvendo pretensão indenizatória por danos morais em virtude de acidente de trânsito, a figura neutra e imparcial, investida de autoridade para presidir o ato designado por autoridade judicial, apresenta dados estatísticos referentes a julgados sobre danos morais, com vistas a facilitar a solução do caso. Ela aponta que o valor médio concedido a título de danos morais para casos semelhantes, de pouca complexidade, é inferior ao solicitado e fornece elementos para que as partes reflitam sobre a possibilidade de resolver a questão naquele momento. Alcançado o consenso, é produzido ato, reduzido a termo e homologado por sentença.

No caso descrito acima, foi utilizado que método de solução de conflitos?

- (A) Administração
- (B) Negociação
- (C) Arbitragem
- (D) Conciliação
- (E) Heterocomposição

45

Três amigos constituíram um grupo musical com o intuito de realizar apresentações em vários locais.

Preocupados com a formalização, consultaram advogados que lhes indicaram, como espécie de contrato adequado, o contrato por

- (A) coletividade
- (B) autonomia
- (C) obra
- (D) equipe
- (E) operação

46

A regulação do trabalho doméstico ganhou amplitude com a edição de vários instrumentos normativos.

De acordo com a Lei Complementar nº 123/2015, o horário normal de trabalho do empregado durante o aviso prévio, quando a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, sem prejuízo do salário integral, será reduzido de

- (A) duas horas diárias
- (B) três horas diárias
- (C) quatro horas diárias
- (D) cinco horas diárias
- (E) seis horas diárias

47

De acordo com a Lei nº 8.036/1990, algumas aplicações aprovadas pelo Conselho Curador do FGTS são realizadas exclusivamente para operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições sem fins lucrativos que atuam no campo para pessoas com deficiência e que participam do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar, em percentual máximo a ser definido pelo Ministério da Saúde.

Essas operações devem preencher, dentre outros requisitos, o da consignação de

- (A) pagamentos
- (B) recebíveis
- (C) valores
- (D) bens
- (E) coisas

48

De acordo com os termos postos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a liquidação de sentença pode ocorrer por cálculo, por arbitramento ou por artigos e abrangerá também o cálculo das contribuições

- (A) interventivas
- (B) fiscais
- (C) pessoais
- (D) previdenciárias
- (E) econômicas



49

Um advogado tem necessidade de interpor Recurso de Revista contra decisão proferida por determinado Tribunal Regional do Trabalho.

De acordo com a CLT, cabe Recurso de Revista para a Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado a

- (A) Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho
- (B) Comissão de Precedentes do Tribunal Superior do Trabalho
- (C) Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho
- (D) Reunião plenária do Tribunal Superior do Trabalho
- (E) Área de organização da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho

50

As estratégias de *marketing* de uma empresa devem estar relacionadas ao segmento-alvo que a empresa pretende atingir, e uma grande quantidade de empresas tem se empenhado em oferecer produtos para consumidores preocupados com as questões ambientais. No entanto, algumas empresas promovem seus produtos com propagandas ecológicas enganosas. A empresa X apresentou uma coleção de roupas produzidas com malhas fabricadas a partir da reciclagem de resíduos plásticos, e a propaganda da empresa exagerava na apresentação desse atributo ecologicamente correto. A propaganda da empresa não mostrava aos consumidores que o processo produtivo de suas roupas utilizava quantidade de água muito maior que o normal e gerava resíduos químicos altamente poluentes. Dessa forma, a propaganda da empresa X fazia o consumidor crer que estava contribuindo com a proteção do meio-ambiente, quando, na verdade, o dano ao ambiente era muito grande.

Esse tipo de prática de propaganda enganosa é denominada

- (A) *lead*
- (B) *copywriting*
- (C) *remarketing*
- (D) *greenwashing*
- (E) *merchandising*

RASCUNHO

